

LEI Nº 2.866/2025, DE 22 DE JANEIRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E
CONCESSÃO DO DISPOSTO NO
INCISO V, DO ART. 37 DA LEI
MUNICIPAL Nº 2.686/2023 AOS
PARLAMENTARES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BARBAÇA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído e concedido o disposto no inciso V, do art. 37 da Lei Municipal nº 2.686/2023 ao Parlamentares ativos da Câmara Municipal de Barbalha/CE, observando-se os critérios estabelecidos nesta Lei, durante o exercício de suas atividades.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo é concedido em moeda corrente, através de crédito em conta e tem caráter indenizatório.

Art. 2º. A concessão observará o disposto no art. 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3º. A concessão observará aos seguintes critérios:

- I – O benefício será concedido de forma igualitária a todos os Parlamentares;
- II – A concessão instituída no art. 1º desta Lei é de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) do valor do subsídio do Parlamentar, sendo, portanto, razoável e proporcional ao gasto médio realizado durante o exercício das atividades;
- III – O pagamento será efetuado exclusivamente enquanto o Parlamentar estiver no exercício regular de suas funções;
- IV – Fica garantido a concessão durante o gozo de férias;
- V – Com o afastamento do parlamentar, assumindo o suplente na hipótese legal, cada um receberá proporcionalmente ao mês.

Art. 4º. O recebimento será suspenso nas seguintes situações:

- I – Faltas não justificadas às sessões ou atividades legislativas;
- II – Licenças ou afastamentos que impliquem a ausência do exercício das funções parlamentares;
- III – Percepção de benefícios similares que contemplem a mesma finalidade do objeto desta Lei.

Art. 5º. O benefício não terá caráter remuneratório, não se incorporando à remuneração dos Parlamentares para quaisquer fins, e não será considerado para cálculo de outras vantagens, inclusive aquelas de natureza previdenciária.

Art. 6º. O disposto nesta Lei correrá por dotação específica prevista na Lei Orçamentária Anual, estando autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento para cobertura desta despesa.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 22 de janeiro de 2025.


Guilherme Sampaio Saraiva
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins, que este documento
foi publicado por meio de:
(☒) afixação no átrio do Poder Executivo
(☒) diário oficial
(☐) jornal de grande circulação
(☐) site eletrônico da prefeitura municipal de Barbalha

Barbalha - CE, 22/01/2025

Ranielle
72045